

DE POLÍTICA PÚBLICA À IDEOLOGIA DE GÊNERO: O PROCESSO DE (DES)INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE 2003 A 2020**Carolina Pereira Tokarski**Especialista em políticas públicas e gestão governamental na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: <carolina.tokarski@ipea.gov.br>.**Krislane de Andrade Matias**Antropóloga; e consultora independente. *E-mail*: <krislane.amatias@gmail.com>.**Luana Simões Pinheiro**Técnica de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail*: <luana.pinheiro@ipea.gov.br>.**Ranna Mirthes Sousa Correa**Pesquisadora do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: <ranna.correa@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2866>

Os esforços de incorporação da perspectiva de gênero e das necessidades das mulheres para o Estado e para o processo de produção de políticas públicas têm como marco inicial o ano de 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que impulsionou o movimento do Lobby do Batom, resultado da mobilização de deputadas e senadoras para a defesa dos direitos das mulheres na nova Constituição Federal.

A agenda pela igualdade de direitos das mulheres percorreu um longo caminho até que, em 2002, fosse institucionalizada no governo federal brasileiro a partir da criação da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (Sedim) – vinculada ao Ministério da Justiça – e, no ano seguinte, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM), com *status* de ministério. Essa importante mobilização institucional segue marcada por uma trajetória de avanços e retrocessos que pode ser dividida em três períodos: i) 2003-2014: consolidação de uma agenda de políticas para as mulheres; ii) 2015-2018: estagnação desta agenda; e iii) 2019-2020: deslegitimação da agenda e desmonte das políticas para as mulheres.

Considerando esse cenário, o objetivo deste texto consiste em avaliar em que medida o processo de desmonte das políticas para as mulheres veio se instalando na gestão pública federal e qual a intensidade com que ele se efetiva ao longo dos últimos anos. Buscamos identificar, especialmente, as

similitudes e as diferenças que marcaram o desmonte da agenda de gênero ao longo dos períodos 2015-2018 e 2019-2020. O foco aqui consiste na análise da capacidade de os organismos de políticas para as mulheres realizarem a gestão da transversalidade de gênero e implementarem ações sob a sua responsabilidade. A partir da construção de um conjunto de indicadores que dialogam com a literatura sobre o feminismo estatal, as capacidades estatais e o desmonte de políticas públicas, analisaremos as políticas e seus instrumentos de gestão diretamente mobilizados por estes organismos ao longo do período 2003-2020, e a sua capacidade de efetivar a estratégia de transversalização da perspectiva de gênero e de institucionalização de uma política para as mulheres no Brasil.

Este texto apresenta elementos importantes sobre o processo de institucionalização da perspectiva de gênero na estrutura governamental, para em seguida também apresentar informações gradativas da expressiva redução, paralisa e inoperância dos principais instrumentos de políticas públicas para as mulheres, ancorados na deslegitimação da agenda de políticas para as mulheres no Estado, pela destituição do princípio da igualdade de gênero e pela transversalidade de uma agenda conservadora de família. O entendimento do cenário institucional das políticas para as mulheres desse período consiste em contribuição fundamental para o processo de reconstrução da institucionalidade da pauta na estrutura de governo federal.